



ISSN 1981 - 3031

TRABALHO E EDUCAÇÃO: UMA RELAÇÃO OBSCURA NA ESCOLA NOTURNA.

Edvaldo Albuquerque dos Santos(UFAL)*
professoredvaldo@uol.com.br

Edna Bertoldo(UFAL)**
edna_bertoldo@hotmail.com

Sérgio Lima (SEMED-Maceió)***
sergiolimac@hotmail.com

RESUMO

O debate proposto neste artigo versa sobre a (in)existência da relação trabalho e educação escolar. É histórica a condição do aluno trabalhador não encontrar na escola que frequenta as possibilidades e as condições de aprendizagem. Altos índices de repetência, abandono escolar e distorção de idade/série(ano) que se arrastam ao longo da história. A escola torna-se refém de toda trama ora estruturada de manutenção da ordem do capital. Insistimos na condição de que só é possível uma escola que atenda a classe trabalhadora em seus mais variados anseios quando essa classe romper com a sua condição de explorada no modo de produção vigente.

PALAVRAS-CHAVE: trabalho, ensino noturno e aluno trabalhador.

INTRODUÇÃO

* Mestrando em Educação Brasileira pela Universidade Federal de Alagoas e integrante do Grupo de Pesquisa Trabalho, Educação e Ontologia Marxiana.

**Doutora em Educação Brasileira pela Universidade do Estado de São Paulo, Campus de Marília, professora da Universidade Federal de Alagoas e líder do Grupo de Pesquisa Trabalho, Educação e Ontologia Marxiana.

***Professor de História da Rede Municipal de Ensino de Maceió.

O objetivo geral deste artigo é compreender a (in)existência de uma relação entre o trabalho e a escolarização do aluno trabalhador, com base no materialismo histórico dialético. Esta problemática é permeada de elementos contraditórios, históricos e econômicos, presentes nas políticas educacionais, (des)articuladas com a sociedade e suas demandas. Para fins de delimitação da temática, nos detemos no aspecto da ‘exclusão escolar’, tendo em vista que a educação escolar, da qual o aluno trabalhador faz parte, não tem possibilitado uma formação capaz de superar as condições de trabalho as quais são submetidos. O aluno trabalhador, inserido nas relações sociais que caracterizam este sistema perverso, que é o sistema de produção capitalista, acaba tendo uma formação precária.

Pucci, Oliveira e Sguissardi, em seus estudos sobre os sujeitos alunos trabalhadores, problematizam:

Talvez a característica mais marcante do aluno do ensino noturno [...] seja sua condição de trabalhador desqualificado e superexplorrrado ao peso de um salário vil e de uma insuportável dupla jornada de trabalho: a da fábrica, loja ou escritório e a da escola noturna. (1995, p.31)

Outra questão de indiscutível relevância no presente estudo é o mercado de trabalho, uma vez que nele está inserido um elevado contingente de jovens e adultos¹, que ao buscarem a escola se deparam com uma escola com a qual tem pouca ou nenhuma identificação. E é importante estar atento as determinações do mercado, cada vez mais automatizado, informatizado, que cumpre regras rígidas de execução, planejamento e controle de todo o processo de produção.

Buscando compreender melhor o perfil dos alunos que frequentam a escola noturna, Moura (2007, p.112) constata que eles:

[...] estão inseridos no sistema produtivo (ou temporariamente fora dele), são os responsáveis pela produção dos bens materiais, mas são excluídos da participação desses bens. Representam, hoje, em algumas regiões do Brasil, da América Latina e de todos os países que compõem o considerado terceiro mundo, quase metade da população. E são um contingente tendencialmente crescente, a prevalecerem as atuais políticas e práticas educativas, produtoras de fracasso e exclusão escolar; são aqueles que, mesmo tendo uma história de vida, uma cultura acumulada e expressa através das formas mais diferenciadas possíveis, são desrespeitados, ignorados e marginalizados.

¹ Tendo em vista o desemprego estrutural, uma parcela grande destes trabalhadores estão inseridos num mercado de trabalho precário.

Historicamente, o perfil do aluno que frequenta a escola noturna é um trabalhador inserido no mercado de trabalho (formal ou informal) ou potencialmente capaz de estar no mercado de trabalho. Independentemente da situação em que esse aluno esteja, inserido ou não no mercado de trabalho, é importante saber a relação (in)existente entre sua vivência no mundo do trabalho e sua escolarização. Evidentemente, estamos aqui buscando compreender historicamente a negação efetiva da escola noturna aos alunos trabalhadores que a ela chegam após um período longo de horas despendidas para o mercado, o qual lhes retira mais que o possível de tempo e força de trabalho expropriada.

Para Jimenez, se existe relação entre vivência do trabalho e a escola que o aluno frequenta, como compreender tal afirmativa?

Quantos estudantes chegam ao fim do curso com a vazia sensação de não ter aprendido nada! Ou seja, nada que ultrapasse o nível dos receituários que se comprovam invariavelmente inaplicáveis na prática; nada que contribua para desvelar a realidade em suas múltiplas dimensões! (2005, p.249).

Sendo assim, debater o ensino noturno é um grande desafio que se põe em todos os espaços em que o mesmo é vivenciado, discutido, refletido e estudado. Trazer o ensino noturno para o debate atrelado a sua demanda, que é constituída, na maioria, do aluno trabalhador, é um desafio ainda maior, visto que se trata de uma relação importante: o ensino noturno improdutivo (FRIGOTTO, 1989) e aluno trabalhador inserido, ou não, em um mercado altamente competitivo e desumanizado.

O ensino noturno, apesar da sua especificidade, é tratado há anos, inclusive pelo coletivo pedagógico da escola, da mesma forma que a escola diurna. O que diz a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394 de 1996, diz no seu Art. 4º, parágrafo VI? Vejamos: “oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando”. Ou seja, a legislação sugere apenas um tratamento diferenciado, uma adequação tendo em vista a especificidade do turno noturno. Contudo, essa sugestão permanece apenas no campo da formalidade. No cotidiano escolar não ocorre nenhuma diferenciação entre o ensino diurno e o noturno; portanto, o ensino noturno não tem tido um tratamento que atenda à sua especificidade.

E qual seria a especificidade do ensino noturno? Isto compreende desde o tempo letivo a ser cumprido (800 horas anuais, presenciais) à organização administrativa e

curricular. No tocante ao aluno e ao professor, eles são vistos também sem nenhuma especificidade, da mesma forma que o aluno e o professor do ensino diurno.

Assim, a escola não consegue cumprir sua função social já que o aluno trabalhador que por ela passa, na sua grande maioria, não consegue uma produção escolar satisfatória. Ao contrário, apresenta altos índices de improdutividade, seja na repetência, seja no abandono escolar, além de uma crescente e cumulativa distorção idade-série. O professor do ensino noturno, por sua vez, na sua maioria, tem uma terceira jornada de trabalho.

Quanto à demanda do ensino noturno, Caporalini (1991) analisa a questão a partir de três eixos principais. A mais comum, é a necessidade que o jovem tem de trabalhar durante o dia e assim complementar a renda familiar ou ter seu próprio sustento. Muitos desses alunos encontram-se no mercado informal. Mas também sabemos que diante do desemprego, o aluno da escola noturna nem sempre está inserido no mercado de trabalho. Muitos buscam a escola noturna também para exercerem atividades domésticas, como cuidar da casa, dos filhos, dos irmãos mais novos. Existem também aqueles que veem na escola noturna um clima mais apropriado aos seus interesses de agrupamento e ainda, aqueles que acreditam existir nessa escola uma maior flexibilidade no processo de ensino, oferecendo mais oportunidade de aprovação. Com isso, o ensino noturno acaba sendo visto como um espaço de maior tolerância com o não raro descompromisso dos alunos com o tempo de estudo.

Esse quadro traz uma visão elementar dos nossos alunos trabalhadores que frequentam as escolas noturnas. Diante disso, perguntamos: a forma como eles percebem a escola os levam a um resultado de formação adequado às exigências postas e necessárias à superação da lógica de mercado hoje? A escola está preparada para receber esses alunos nos múltiplos interesses e condições que se encontram?

No livro *A escola pública e o desafio do curso noturno*, Silva e Nogueira (1987, p.1), já afirmavam na década de 80, “A escola pública é importante, mas [...] não vai bem”.

O ensino noturno no Brasil apresenta características muito próximas ao que entendemos atualmente como políticas de correção e ajustes ao modo de produção capitalista, que vem se dando ao longo da história brasileira; elas não se firmam apenas na educação, mas também no atendimento à saúde, à segurança, ao lazer etc. Contudo, no caso da educação, a política de reajuste neoliberal tem impactado com maior

intensidade o aluno trabalhador. Estas políticas públicas têm sido gestadas pelos vários governos e não chegam sequer a atender à população.

Segundo Caporalini:

Uma escola comprometida com o interesse das classes trabalhadoras deve ter como preocupação básica a criação de condições para que estas articulem suas diversas experiências históricas e as formas de seu conhecimento num todo homogêneo, de modo que possam elaborar uma nova concepção de mundo.

A educação dentro desta escola não deve aparecer reduzida, portanto, à pura transmissão e acúmulo de informações com vistas a uma maior qualificação dos trabalhadores, mas se impõe como necessária para o exercício da consciência crítica, para a construção de uma nova concepção de mundo e de uma nova sociedade (1991, p.31-32).

O problema da educação da classe trabalhadora está relacionado à questão da sociedade. O modo de produção vigente reduz, em grande medida, a possibilidade de uma escola que responda efetivamente às necessidades da classes trabalhadora. Trata-se de um contingente de alunos trabalhadores que vivem num tempo limite, tanto para atender à brutalidade das horas de trabalho, quanto para dispor de um tempo limitado para se apropriar da cultura oferecida pela escola, em condições muito precárias.² Para Tonet (2007), é impossível compreender a situação da educação sem apreender a lógica mais profunda que preside o envolver da sociedade capitalista

As condições nas quais se encontra a escola noturna brasileira são características de um quadro histórico de insucesso nos seus resultados, que vão desde o abandono até a múltipla repetência. Tem se tornado comum o desmonte da escola tanto no ensino fundamental como no ensino médio, como se isto fosse algo natural. Isto se torna mais evidente na escola noturna quando analisamos o perfil do aluno que busca o ensino noturno. Ele já traz consigo um histórico de insucesso desde o ensino diurno, quando é obrigado a trocar de turno para garantir sua sobrevivência, seja ela pessoal ou familiar. Sendo assim, o insucesso permeia a escola na sua totalidade. O ensino noturno simplesmente traduz de forma brutal o que Frigotto (1989) nomeia de ‘escola improdutiva’ no livro A produtividade da escola improdutiva. A escola não consegue atender de forma apropriada às demandas da sociedade, apesar da boa vontade legalista.

De acordo com Caporalini:

² É ilustrativa a análise de Bertoldo (2008) sobre as precárias condições de escolarização dos trabalhadores cortadores de cana numa região alagoana.

Tem-se que optar entre continuar tratando o estudante que trabalha como carente crônico que precisa ser alimentado, informado, integrado, educado sob formas compensatórias e paliativas, ou passará a tratá-lo como um cidadão trabalhador historicamente excluído dos direitos básicos que, através de uma educação de boa qualidade, precisa tomar consciência dessa exclusão e se organizar na reivindicação de seus direitos (1991, p.32-33).

Para um melhor entendimento da questão, vejamos mais alguns elementos que delineiam o perfil do aluno que procura a escola noturna, que pode apresentar um histórico escolar bastante crítico, com múltipla repetência, o que significa o retorno à escola de uma pessoa mais madura, que pode ser um trabalhador empregado, ou não.

Outro elemento que configura o perfil do aluno trabalhador é a “juvenização” da escola básica do aluno noturno, ou seja, o jovem que, por seu histórico de repetência e outros do turno diurno, busca uma escola “facilitadora”, uma característica bem presente hoje no consciente coletivo desses jovens que por experiências já incorporadas encontram na escola uma forma de encontrar a saída para sua certificação.

Esse aluno que busca a escola noturna tem, na sua maioria, uma perspectiva de que adquirindo essa escolaridade, ingressará no mercado de trabalho, bem como conseguirá uma melhor condição de vida, uma condição na qual a escola é prepositiva na sua origem e missão existencial.

Mas, que escola é essa? Na verdade, trata-se de uma escola que nas atuais políticas de sustentação não se apresenta capaz de atender devidamente esse aluno. E muito se discute sobre a competência técnica, uma competência que seja a base para o desenvolvimento de um trabalho que atenda a um fim imediato. É comum vislumbrar a técnica como condição para atingir melhores resultados. Sendo assim, espera-se que os resultados educacionais através da técnica pela técnica assegure aos nossos alunos as melhores aprendizagens através do acesso ao conhecimento elaborado ao longo da história e sistematizado para atender determinado grupo. Mas, para Saviani:

[...] a identificação dos fins implica imediatamente competência política e mediamente competência técnica; a elaboração dos métodos para atingi-los implica, por sua vez, imediatamente competência técnica e mediamente competência política. Logo, sem competência técnica-política não é possível sair da fase romântica (2003, p.64).

Fase romântica significa um fazer pedagógico vazio de um arcabouço, que não contemple apenas as ações do cotidiano pedagógico como: diagnóstico dos resultados de aprendizagem, planejamento, reuniões e avaliação. Essas ações comuns no ambiente

escolar é a simples reprodução do fazer pedagógico, é o ativismo que embrutece os seres humanos que fazem esse coletivo. É nessa perspectiva que Saviani (2004) levanta a questão de ir além desse fazer técnico e chegar ao comprometimento com a política.

Em seu livro *Sociedade do conhecimento ou sociedade das ilusões*, Duarte aborda algumas questões relativas à aprendizagem, dando ênfase à concretude da vida do aluno trabalhador. O autor afirma o seguinte: “[...] entendo ser possível postular uma educação que fomente a autonomia intelectual e moral por meio da transmissão das formas mais elevadas e desenvolvidas do conhecimento socialmente existente” (DUARTE, 2003, p.8).

Para Moreira e Silva

[...] as escolas terão de ser caracterizadas por uma pedagogia que se comprometa seriamente a acolher visões e problemas que sejam de profundo interesse para os alunos em suas vidas cotidianas. Igualmente importante é a necessidade de as escolas cultivarem um espírito de crítica e um respeito pela dignidade humana capazes de associar as questões pessoais e sociais ao projeto pedagógico de ajudar os alunos a se tornarem cidadãos críticos e atuantes (1995, p.150).

Em outras palavras, esperamos que as escolas contribuam efetivamente no acesso a um conhecimento que revele sua condição de sujeitos de classe, que essa condição de acesso seja de forma crítica e reflexiva. Que seus interesses sejam atendidos e que os torne capazes de lutar, chegarem ao enfrentamento de qualquer forma de negação de suas condições de sujeitos produtores de riquezas.

De acordo com Carvalho, quando analisamos o ensino noturno, nos deparamos com um forte ingrediente que é a exclusão escolar:

O período noturno, portanto, é reservado ao aluno que trabalha, sendo essa a maior diferenciação entre os períodos. Mas essa ‘atenção especial’ que, no entanto, não evita a exclusão do aluno, pois parece ser este, afinal, o sentido último das reprovações contínuas, encobre e revela uma atitude discriminatória. [...]. Em síntese, ensina-se menos à noite e reprova-se mais (1997, p. 55-57).

Sendo a escola reprodutora das mais diversas formas de exclusão, uma delas diz respeito ao não acesso ao mínimo de conhecimento necessário à formação de um sujeito humanizado. Quando dizemos que a escola exclui ao não atender minimamente o que consideramos seu papel básico, que é transmitir o conhecimento acumulado ao longo da história, a ciência a qual a humanidade necessita apropriar-se, estamos reavaliando a

escola e sua função social. E quando dizemos que a escola noturna ensina menos, estamos evidenciando os mais baixos índices de reprovação e abandono. Na relação não ensino versus reprovação e abandono nos remetemos ao exposto no início desse trabalho, quando apresentamos o distanciamento existente entre o ensino proposto e executado, de forma padronizada, numa escola onde chega um aluno que em si é um sujeito estranho a mesma. Se elegemos o aluno noturno como foco do debate, esse estranhamento escola versus aluno se complexifica absurdamente.

Na mesma linha de inquietação que atinge diretamente a discussão do ensino noturno é saber que tipo de trabalhador é o professor hoje nessa escola noturna. Sujeito que traduz uma formação que ao longo dos anos lhe foi negado um conhecimento do que seja específico à atividade de ensino na escola noturna. Sua formação tem característica de padronização, é pensada e executava de forma homogênea para atender uma demanda que é indiscutivelmente diversa. Sendo assim, as condições reais, segundo Pucci, Oliveira e Sguissardi (1995, p.102), “são de ‘improdutividade’, de um funcionário público sujeito às mais variadas normas específicas e com uma suposta ‘autonomia’ em relação ao projeto e gestão de seu trabalho”.

A escola, por não possuir estrutura física e humana que atenda a uma demanda que é real, concreta, se afirma como arcaica, carente, despreparada e autoritária; que simplesmente assume e cumpre funções para a manutenção da ordem vigente na sua base operativa. Esta escola deve ser superada e atuar como espaço de reflexão, a partir de um ponto de vista histórico e social, tendo como causa a emancipação do trabalho e dos trabalhadores.

Tendo em vista essa concepção de escola, entendemos que:

[...] a ciência é produto do trabalho humano e pode se transformar em instrumento de formação do trabalhador, e, por outro lado, tendo em conta que o fortalecimento da posição do trabalho na luta de classes e a recuperação da qualidade do saber socialmente produzido – a ser posto ao alcance dos trabalhadores – não teriam muitas chances de sucesso sem a mais estreita vinculação entre ação no interior do aparelho escolar e as lutas mais gerais dos trabalhadores (partidos, organizações operárias etc.) ao nível do aparelho de produção (PUCCI; OLIVEIRA; SGUISSARDI, 1995, p. XVI).

Acreditamos que é possível a construção de uma escola noturna concebida enquanto instrumento de emancipação dos alunos trabalhadores; ou seja, que torne possível o acesso a um conhecimento capaz de revelar a realidade em que estão inseridos. Desse modo, compreendendo o mundo em que vivem, que sejam capazes de contribuir para a superação dessa forma societária fundada na exploração humana.

Portanto, trata-se de um conhecimento histórico e social, construído pela humanidade e que pode contribuir para a elevação da classe trabalhadora aos mais altos graus de capacidade. Estamos, pois, apontando uma nova forma de socialização para a humanidade, conforme Mészáros (2005, p.82): “apenas a mais ampla das concepções de educação nos remeterá para uma mudança radical verdadeiramente, a qual nos instrumentalizará para uma pressão e rompimento com a lógica mistificadora do capital”.

REFERENCIAS

BERTOLDO, Edna; MAGALHÃES, Belmira. (Org.) **Trabalho, Educação e Formação Humana**. Maceió: EDUFAL, PPGE, CEDU, 2005.

_____. A miséria da educação. **Jornal Voz das Comunidades**, Brasil, nov. 2008, p. 11.

BRASIL. **Ensino médio: ciência, cultura e trabalho**. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. _Organizadores: Gaudêncio Frigotto, Maria Ciavatta. Brasília: MEC/SEMTEC, 2004.

BRASIL. LDB: **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394/1996**. 2. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2001.

CAPORALINI, Maria Bernadete S. C. **A transmissão do conhecimento e o ensino noturno**. Coleção magistério. Formação e trabalho pedagógico. Campinas: Papyrus, 1991.

CARVALHO, Célia Pezzolo de. **Ensino noturno: realidade e ilusão**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

DUARTE, Newton. **Sociedade do conhecimento ou sociedade das ilusões?** Coleção Polêmicas do nosso tempo. Campinas: Autores Associados, 2003.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva**. 3. ed. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1989.

GOMES, Carlos Minayo et al. **Trabalho e conhecimento: dilemas na educação do trabalhador**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

JIMENEZ, Susana Vasconcelos. Trabalho e a educação do trabalhador: desafios atuais. In: MAGALHÃES, Belmira; BERTOLDO, Edna. (Org.) **Trabalho, Educação e Formação Humana**. Maceió: EDUFAL, 2005, p. 243-255.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MOREIRA, Antonio F.; SILVA, Tomaz T. (Org.) **Currículo, cultura e sociedade**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

MOURA, Tânia Maria de Melo. Os alunos jovens e adultos que buscam a Educação de Jovens e Adultos: quem são e o que buscam na escola. 2007.

PUCCI, Bruno; OLIVEIRA, Newton Ramos de; SGUISSARDI, Valdemar. **O ensino noturno e os trabalhadores**. 2. ed. São Carlos: EDUFSCar, 1995.

SAVIANI, Dermeval. Educação. **Do senso comum à consciência filosófica**. 15. ed. Campinas: Autores Associados, 2004.

SILVA, Rose Neubauer da; NOGUEIRA, Madza Julita. **A escola pública e o desafio do curso noturno**. 4. ed. São Paulo: Cortez e Autores Associados, 1987.

TONET, Ivo. **Educação contra o capital**. Maceió: EDUFAL, 2007.